

Aliados acham que FHC pagará caro pela vitória

Celson Franco

O presidente Fernando Henrique Cardoso conseguiu o que queria esta semana, aprovando a MP 812 (aumento de tributos) e a lei de concessões. Mas pagou um alto preço pela vitória, obtida a duras penas, no campo de batalha do Congresso Nacional.

Fernando Henrique deu, com a aprovação da MP 812, um passo importante para resolver o problema de caixa do governo. Mas assumiu um ônus político de conseqüências ainda não avaliadas.

Começa mal, na opinião de aliados e adversários. Começa aumentando o seu salário em 143%, enquanto veta a elevação do salário mínimo para R\$ 100, sob o argumento de que o reajuste de 30% comprometeria a Previdência Social.

“A opinião pública não vai entender isso”, admite o líder do PSDB na Câmara, Arthur da Távola.

Para agravar sua situação, o presidente da República terá que sancionar o projeto de anistia ao senador Humberto Lucena (PMDB-PB), colocando a sua assinatura e aval na proposta de salvação do presidente do Senado.

Desprotegido pela falta de um negociador oficial, alguém que falasse em nome e com o aval do governo, Fernando Henrique Cardoso foi obrigado a assumir, do Palácio do Planalto, o comando da batalha com o Congresso.

Na quarta-feira, telefonou diversas vezes para os líderes do PMDB, Tarcísio Delgado (MG), do PSDB, Arthur da Távola (RJ), e do PFL, Luís Eduardo Magalhães (BA).



Barganha — O governo deixou claro que era contra o valor de R\$ 100 para o salário mínimo, mas não lutou contra sua aprovação. Convenientemente, relaxou suas defesas e deixou que o mínimo passasse.

“É difícil explicar a incompetência tétrica de perder com maioria”, reclamava ontem o líder do PFL, Luís Eduardo Magalhães.

A uma das lideranças que compõem a base de sustentação política do governo, o presidente chegou a pedir, em determinado momento. “Veja o que vocês podem fazer aí”, disse, convencido da necessidade de dar para receber.

E deu. O governo deu um quorum inimaginável (391 votos) em uma convocação extraordinária para

aprovação da anistia ao senador Humberto Lucena e a outros parlamentares

Recebeu o troco quando o presidente do Senado deixou sua residência e foi para o Congresso, na noite de quarta-feira, presidir a sessão que aprovou a MP 812. “Não posso falar com o Fernando Henrique nessa hora”, disse Lucena.

O QUE FOI APROVADO

O QUE DEIXOU DE SER VOTADO

- Concessão de pensão vitalícia para os ex-presidentes da República.
- Concessão de aposentadoria especial aos trabalhadores de turnos ininterruptos, com revezamento.
- Renovação de concessões ou autorização de funcionamento de 21 emissoras de televisão.
- Ratificação do acordo internacional que cria a Associação de Países Produtores de Café.